

Manaus, sexta-feira, 15 de maio de 2026

Ano XIII, Edição 2380 - R\$ 1,00

Poder Legislativo

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 24/2026 – VG-DG

DAVID VALENTE REIS, Presidente da Câmara Municipal de Manaus, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus;

CONSIDERANDO a lei n.539, de 12 de julho de 2023 e suas alterações. DISPÕE sobre a Verba de Gabinete dos Vereadores da Câmara Municipal de Manaus e dá outras providências.

CONSIDERANDO, a solicitação dos Vereadores;

RESOLVE:

I – EXONERAR, a contar de 30 de abril de 2026, o(s) servidor (es), abaixo discriminado(s) no Cargo de Assistente Parlamentar Comissionado – APC, nos termos do Art. 103, Inciso I, da Lei nº 1.118, de 1º de setembro de 1971; conforme segue:

VER. CORONEL ROSSES	CARGO	GRAT(%)
Edilza Alves da Silva Oliveira	APC-1	-
Lucas de Castro Correa	APC-1	-
Pauleanderson Gomes de Souza	APC-1	-

VER. CARLOS PAI AMADO	CARGO	GRAT(%)
Vinicius Pinheiro Binda	APC-1	-

VER. DAVID REIS	CARGO	GRAT(%)
Josias de Souza	APC-1	-

VER. EVERTON ASSIS	CARGO	GRAT(%)
Ernesto Pereira de Souza Junior	APC-6	-
Ezequiel Bruno Oliveira da Silva	APC-6	-
Jessica Mota da Silva	APC-7	-

VER. EURICO TAVARES	CARGO	GRAT(%)
Marcos Paulo Aguiar de Moraes	APC-1	56,75

VER. EDUARDO ALFAIA	CARGO	GRAT(%)
Helenivete Afonso Gomes	APC-10	72,00
Josieide Braga de Castro	APC-1	-
Nelson Ferreira Gomes Filho	APC-10	62,60

VER. JAILDO OLIVEIRA	CARGO	GRAT(%)
Herryson Cabral Dias	APC-10	-

VER. JANDER LOBATO	CARGO	GRAT(%)
Decio Medeiros dos Santos Neto	APC-10	-
Michel Barros Del Castilho	APC-10	-

VER. ZE RICARDO	CARGO	GRAT(%)
Jose Roberto Silva de Brito	APC-5	-

VER. MARCELO SERAFIM	CARGO	GRAT(%)
Ali Assi	APC-10	36,00
Anisio Felipe Rodrigues	APC-1	-
Carlos Augusto Alves da Gama	APC-1	-
Estela Maria dos Santos Bezerra	APC-1	-
Ivane Correa Barbosa	APC-9	50,00
Jose Renato Mafra da Silveira	APC-4	-
Regina Alecrim Lima	APC-1	3,94
Joao Bosco de Souza Pereira	APC-6	128,89

VER. MARCO CASTILHOS	CARGO	GRAT(%)
Divina Araujo da Costa	APC-1	-
Nadia Lea Anveres Gomes	APC-1	-

VER. RAULZINHO	CARGO	GRAT(%)
Fernanda Maciel Martins	APC-1	-
Robson Socorro Araujo Soares	APC-1	-
Paulo Cezar da Silva Oliveira	APC-8	7,89

VER. RODRIGO GUEDES	CARGO	GRAT(%)
Bianka Caelli Barreto Rodrigues	APC-5	11,38

VER. RODRIGO SA	CARGO	GRAT(%)
Fabio Martins de Almeida	APC-1	-
Rodrigo Souza da Conceição	APC-10	199,80

VER. SAIMON BESSA	CARGO	GRAT(%)
Carlos Gabriel Barbosa Brazao	APC-1	-
Jose Frank Cavalcante Ferreira	APC-1	-
Kynara Kefanny Gomes de Franca	APC-1	-

VER. SARGENTO SALAZAR	CARGO	GRAT(%)
Isabelle Benevides Antony	APC-1	-
Luiz Henrique Nascimento de Abreu	APC-1	-

VER. SERGIO BARE	CARGO	GRAT(%)
Camila Jeniffer Bruce Caldas	APC-1	-

VER. THAYSA LIPPY	CARGO	GRAT(%)
Maria Etelvina Neves de Freitas Oliveira	APC-1	0,10

II – REVOGAM-SE as disposições em contrário.

Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

Manaus, 15 de maio de 2026.

DAVID VALENTE REIS,
Presidente da Câmara Municipal de Manaus.

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR DAVID VALENTE REIS - VEREADOR(A) EM 15/05/2026 10:25:24

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E44A559A061CBFE4 . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 25/2026 – VG-DG

DAVID VALENTE REIS, Presidente da Câmara Municipal de Manaus, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus;

CONSIDERANDO a lei n.539, de 12 de julho de 2023 e suas alterações. DISPÕE sobre a Verba de Gabinete dos Vereadores da Câmara Municipal de Manaus e dá outras providências.

CONSIDERANDO, a solicitação dos Vereadores;

R E S O L V E:

I – NOMEAR E GRATIFICAR, a contar de 01 de maio de 2026, o(s) servidor (es), abaixo discriminado(s) no Cargo de Assistente Parlamentar Comissionado – APC, nos termos do Art. 11, Inciso II, da Lei nº 1.118, de 1º de setembro de 1971; conforme segue:

VER. CORONEL ROSSES	CARGO	GRAT(%)
Arclediney Souza Amazonas	APC-1	-
Thaiany Feijo de Oliveira	APC-1	-

VER. CARLOS PAI AMADO	CARGO	GRAT(%)
Wlembiane Fontes Muniz	APC-1	-

VER. EVERTON ASSIS	CARGO	GRAT(%)
Maria Clara Fonseca Santos	APC-7	44,44
Marinete Bezerra Pacheco	APC-7	86,38

VER. EURICO TAVARES	CARGO	GRAT(%)
Daniela Passos da Silva Guimaraes	APC-1	165,94
Roseneire Corsino da Silva	APC-1	-
Silva Michelle de Souza Lauria Noronha	APC-1	-
Gabriele Rodrigues de Souza	APC-1	-

VER. DAVID REIS	CARGO	GRAT(%)
Daniel de Araujo Damasceno	APC-1	-

VER. EDUARDO ALFAIA	CARGO	GRAT(%)
Daniele Guimaraes Prado	APC-1	-
Gabriela da Silva Cardoso	APC-10	4,30
Samyla Thaina Franklin Rodrigues	APC-10	130,29

VER. GILMAR NASCIMENTO	CARGO	GRAT(%)
Carlos Cesar Laranjeira dos Santos	APC-1	-
Daniel Pereira Araujo	APC-1	-
Jeverson Gonçalves França	APC-1	-
Ronyer Gomes Roque	APC-1	0,98

VER. JAILDO OLIVEIRA	CARGO	GRAT(%)
Matheus Campos Pinto	APC-1	-

VER. JOAO PAULO JANJAO	CARGO	GRAT(%)
Raimundo Fabricio Paixão Albuquerque	APC-1	-

VER. JANDER LOBATO	CARGO	GRAT(%)
Decio Medeiros dos Santos Neto	APC-1	-
Marcio Frota Barroso	APC-1	-
Michel Barros Del Castilho	APC-1	-
Nathalia Feitosa Barata	APC-1	-

VER. KENNEDY MARQUES	CARGO	GRAT(%)
Ana Claudia Ferreira da Silva	APC-1	-
Avany Shayda Ramos Simao	APC-1	-

VER. MARCELO SERAFIM	CARGO	GRAT(%)
Jandira Freitas de Melo	APC-1	-
Talison de Oliveira Conceicao	APC-1	-
Regina Alecrim Lima	APC-10	100,00
Joao Bosco de Souza Pereira	APC-10	184,92

VER. MARCO CASTILHOS	CARGO	GRAT(%)
Gabriel de Brito Melo	APC-1	-
Isabela Karine Rodrigues e Silva	APC-1	-
Marcilene de Almeida Braga	APC-1	-

VER. RAIFF MATOS	CARGO	GRAT(%)
Fabiano da Silva Alves	APC-1	-
Raimundo Gomes da Silva Filho	APC-1	-

VER. RAULZINHO	CARGO	GRAT(%)
Kariany de Sena Lima	APC-10	27,00

VER. RODRIGO GUEDES	CARGO	GRAT(%)
Marcelo Viana Correa	APC-5	11,38

VER. RODRIGO SA	CARGO	GRAT(%)
Brayan Yuri Riker Correa	APC-1	130,78
Adriana da Silva Brito	APC-10	199,80

VER. SARGENTO SALAZAR	CARGO	GRAT(%)
Aluizio Deives Silva de Carvalho	APC-1	-

VER. SERGIO BARE	CARGO	GRAT(%)
Marcelle Maia de Oliveira	APC-1	-

VER. SAIMON BESSA	CARGO	GRAT(%)
Evellyn Almeida Correa	APC-1	-
Rafael Souza dos Santos	APC-1	-
Thiago Vinicius Carmo de Melo	APC-1	-

VER. THAYSA LIPPY	CARGO	GRAT(%)
Thiago da Silva Maduro	APC-1	0,10

II – REVOGAM-SE as disposições em contrário.

Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

Manaus, 15 de maio de 2026.

DAVID VALENTE REIS,
Presidente da Câmara Municipal de Manaus.

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR DAVID VALENTE REIS - VEREADOR(A) EM 15/05/2026 10:25:24

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : BDE31444001CBFE6 . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 26/2026 – VG-DG

DAVID VALENTE REIS, Presidente da Câmara Municipal de Manaus, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus;

CONSIDERANDO a lei n.539, de 12 de julho de 2023 e suas alterações. DISPÕE sobre a Verba de Gabinete dos Vereadores da Câmara Municipal de Manaus e dá outras providências.

CONSIDERANDO, a solicitação dos Vereadores;

RESOLVE:

I – **ALTERAR**, a contar de 01 de maio de 2026, o(s) servidor (es), abaixo discriminado(s) no Cargo de Assistente Parlamentar Comissionado – APC, nos termos do Art. 11, Inciso II, da Lei nº 1.118, de 1º de setembro de 1971; conforme segue:

VER. CORONEL ROSSES	CARGO	GRAT(%)
Any Tereza Souza da Silva	APC-1	100,00

VER. EVERTON ASSIS	CARGO	GRAT(%)
Helena Castro Serrao	APC-1	30,84
Hilda Santos de Oliveira	APC-1	-

VER. EURICO TAVARES	CARGO	GRAT(%)
Jose Junio Costa da Silva	APC-1	-
Liz Onara de Vasconcelos Souza Matos	APC-1	-
Maria da Fe Alves Coelho	APC-1	-
Ana Paula Aguiar Coimbra	APC-1	189,01

VER. GILMAR NASCIMENTO	CARGO	GRAT(%)
Amany Ismael Constantino	APC-10	20,00
Lukas Silva de Souza	APC-10	-

VER. JANDER LOBATO	CARGO	GRAT(%)
Davi Marinho de Paula	APC-10	26,40

VER. JAILDO OLIVEIRA	CARGO	GRAT(%)
Keandro de Azevedo Abreu	APC-6	98,83
Priscila Alves Azevedo	APC-10	112,36

VER. JOAO PAULO JANJAO	CARGO	GRAT(%)
Luiz Orlando Souza de Castro	APC-10	73,84

VER. ZE RICARDO	CARGO	GRAT(%)
Raimundo Clerisvan de Sousa Lima	APC-6	197,67
Rejane Magalhaes da Silva	APC-9	94,54

VER. KENNEDY MARQUES	CARGO	GRAT(%)
Artur Kleber Medeiros Rocha	APC-7	-
Loiziana Souza Melo	APC-10	4,40
Luciane de Mattos Cardoso	APC-10	153,98

VER. SARGENTO SALAZAR	CARGO	GRAT(%)
Ayrton Carlos Carneiro Assunção	APC-1	38,24
Elizeth da Costa Santos	APC-1	33,31
Marcos Paulo de Matos Vieira	APC-1	41,47

VER. MARCELO SERAFIM	CARGO	GRAT(%)
Eduardo Henrique Granja Cogo	APC-6	58,13

VER. MARCO CASTILHOS	CARGO	GRAT(%)
Arly da Rocha Silva	APC-1	-
Aurecir Kennerly de Castro	APC-10	127,28
Juliana Rodrigues Lima	APC-1	60,88
Lidiane Alves da Silva	APC-1	56,50
Raiany Silva de Lima	APC-1	-
Viviane Silva da Costa	APC-1	22,57

VER. RAULZINHO	CARGO	GRAT(%)
Alessandra Fernandes Lisboa	APC-1	48,11

VER. RODRIGO SA	CARGO	GRAT(%)
Luiz Rodrigues Maciel	APC-10	21,60

VER. PROF. SAMUEL	CARGO	GRAT(%)
Gustavo Cavalcante da Silva	APC-1	30,84
Hozana Nobre Andrade	APC-1	30,04

VER. SAIMON BESSA	CARGO	GRAT(%)
Jamille Kelly Cavalcante Lopes	APC-4	56,54
Joao de Souza Miranda Junior	APC-10	70,00

VER. YOMARA LINS	CARGO	GRAT(%)
Carlinho Assipal Rubens	APC-1	19,12
Carlos Alexandre Lima Fonseca	APC-1	67,85
Carlos Soares dos Santos	APC-1	92,53
Claudia Cristina Souza Pereira	APC-1	91,42

Cleyce Barros Rodrigues	APC-1	-
Emmanuel Almeida dal Forno	APC-1	67,85
Geovane da Costa Assam	APC-1	-
Jamerson de Oliveira Pessoa	APC-1	-
Janilze Pereira	APC-1	37,01
Joao Batista Teofilo de Moraes	APC-1	-
Luiz Carlos Silva da Conceicao	APC-1	61,69
Maria Nelia Cruz da Silva	APC-1	30,84
Olivaldo Maciel Alves	APC-1	61,69
Pablo Pinho Ferreira	APC-1	160,39
Paloma Geber Botelho	APC-1	61,69
Rayara Gomes Pavao	APC-1	49,35
Rivaldo Fernandes de Sousa	APC-1	74,02
Ruy Laborda Pavao	APC-9	122,72
Sergio Peixoto Vieira	APC-1	74,02

II – REVOGAM-SE as disposições em contrário.

Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

Manaus, 15 de maio de 2026.

DAVID VALENTE REIS,
Presidente da Câmara Municipal de Manaus.

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR DAVID VALENTE REIS - VEREADOR(A) EM 15/05/2026 10:25:25

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 65E1B2FF001CBFE8 . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 27/2026 – VG-DG

DAVID VALENTE REIS, Presidente da Câmara Municipal de Manaus, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus;

CONSIDERANDO a lei n.539, de 12 de julho de 2023 e suas alterações. DISPÕE sobre a Verba de Gabinete dos Vereadores da Câmara Municipal de Manaus e dá outras providências.

CONSIDERANDO, a solicitação dos Vereadores;

RESOLVE:

I – NOMEAR E GRATIFICAR, a contar de 05 de maio de 2026, o(s) servidor (es), abaixo discriminado(s) no Cargo de Assistente Parlamentar Comissionado – APC, nos termos do Art. 11, Inciso II, da Lei nº 1.118, de 1º de setembro de 1971; conforme segue:

VER. PROFA. JACQUELINE	CARGO	GRAT(%)
Adiel de Souza Silva	APC-1	-
Ana Lucia Almeida dos Santos	APC-1	92,46
Antonio Carlos Pinheiro de Oliveira	APC-1	-
Beatriz Rodrigues Farias Oliveira	APC-1	-
Bianca Beatriz Oliveira da Silva	APC-1	154,15
Billy Alves de Almeida	APC-1	152,36
Bruna Santos de Souza	APC-1	-
Claudio Sotero Nonato Junior	APC-1	-
Daniel Leandro da Silva	APC-1	-
Danilo Cavalcante Neves	APC-1	61,62
David Israel da Silva Lima	APC-1	-
Edilene Valeriano dos Santos	APC-1	61,62
Eduarda dos Santos Costa	APC-1	30,77

Elaudo Ferreira Pinheiro	APC-1	123,31
Ernesto Simões Figueiredo Neto	APC-1	-
Francisca Freitas Ramos	APC-1	-
Gilmara Sangel Cavalcante Gomes de Souza	APC-1	-
Ieda do Nascimento Nina	APC-1	-
Ivone Ismerinda Velloso Barbosa	APC-1	-
Ivo Ribamar Moreira barbosa Filho	APC-1	-
Jhonatans Rafael Souza da Fonseca	APC-1	-
Joelma Geber	APC-1	-
Joice de Assunção Rebelo	APC-1	-
Jorge Nascimento Nina	APC-1	-
Jose Clediomar do Amaral	APC-1	-
Julie Cardoso dos Santos	APC-1	138,73
Liliane Cruz dos Santos	APC-1	15,35
Luisa Maria Santos Xavier	APC-1	-
Manuel Jaime Costa Ortiz	APC-1	-
Marcel Giro de Brito	APC-1	92,46
Marcela Ferreira Pinheiro	APC-1	-
Marcio Jose da Silva	APC-1	-
Maria Jose Pimentel da Silva	APC-1	-
Mary Jonia Guedes Moura Sena	APC-1	-
Milena Gomes da Silva	APC-1	-
Pablo Platini Maia Cruz	APC-1	-
Railena Maia de Araujo	APC-1	-
Raimunda Nobre de Oliveira	APC-1	-
Raimundo Nobre de Oliveira	APC-1	123,31
Raimundo Vivaldo Farias	APC-1	-
Raquel de Souza Carvalho	APC-1	-
Seluzinete Alves da Silva Cavalcante	APC-1	-
Siloel Moraes de Albuquerque	APC-1	92,46
Solange Soares de Souza	APC-1	-
Thamyres Barreto de Lima	APC-1	-
Thayna de Carvalho Uchoa	APC-1	-
Valdenira Trovao Sena	APC-1	-
Victor Santos Albuquerque	APC-1	-
Zulene Furtado da Trindade	APC-1	6,09

II – REVOGAM-SE as disposições em contrário.

Cientifique-se, Cumpra-se e Publique-se.

Manaus, 15 de maio de 2026.

DAVID VALENTE REIS,
Presidente da Câmara Municipal de Manaus.

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR DAVID VALENTE REIS - VEREADOR(A) EM 15/05/2026 10:25:25

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 5C40D18D001CBFE9 . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2026-CMM PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026 – SRP/CMM PROCESSO N.º 2025.10000.10718.0.000753.

No dia 14 de maio de 2026, no(a) **CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS/ AM**, inscrito(a) no CNPJ 04.503.504/0001-85, com sede à RUA PADRE AGOSTINHO CABALLERO MARTIN nº 850 CEP 69027-020 – Manaus-AM, neste ato legalmente representado por **David Valente Reis**, portador do CPF nº **50987909215**, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: RADIO TARUMA LTDA

CNPJ: 04.642.799/0001-70

Representante: Marlucia Cortezão

Telefone: (92) 2123-1026

Email: tesouraria@acritica.com

Endereço: AV. ANDRÉ ARAÚJO, 2392 - PETROPOLIS, Manaus - AM - 69067-375.

OBJETO						
LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA/MO DELO	VALOR UNITÁRIO POSTO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE TODA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA DOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO, IRRADIAÇÃO, ESTÚDIO, TORRE, ABRIGO, CLIMATIZAÇÃO, E ENERGIA PARA DIFUNDIR O SINAL DE RÁDIO CÂMARA DE MANAUS NA FREQUÊNCIA DE 105,5 MHz.	12	MÊS	SERVIÇO	R\$ 231.250,00	R\$ 2.775.000,00
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 2.775.000,00	
VALOR GLOBAL POR EXTENSO – (dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais).						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até 14/05/2027, a contar do dia 14/05/2026.

1. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas:

1.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

1.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

1.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

1.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

1.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

1.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

1.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

1.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 1.1.

1.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens

do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

1.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

1.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 1.7.

1.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 1.7., desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 3.4.3 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.5. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e portal da transparência municipal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará** a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art.32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços,

poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas termo de referência anexo do Edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

9.3. As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico n. 003/2026-SRP/CMM e as propostas apresentadas pela CONTRATADA, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as propostas.

9.4. O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTE(S) CONTRATADA(S) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, Edital do Pregão Eletrônico n. 003/2026-SRP/CMM, conforme lavrada em Ata datada de 04/05/2026, e homologação feita pelo senhor Presidente.

9.5. Fica responsável pelo acompanhamento e fiscalização quanto à completa execução da ARP conforme item 10 do Termo de Referência.

9.6. Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a

qualquer outro, por mais privilegiado que seja a presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

Manaus, 14 de maio de 2026.

VER. DAVID VALENTE REIS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR DAVID VALENTE REIS - VEREADOR(A) EM 15/05/2026 10:25:25

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : C22E10BC001CBFF8 . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>

TEREZA CRISTINA
CALDERARO
CORREA-12019585200

RÁDIO TARUMÃ LTDA
CNPJ n.º 04.642.799/0001-70

Brasal VEÍCULOS

PAZ no TRÂNSITO

10 Dicas que contribuem para Paz no Trânsito



Farol aceso, mesmo durante o dia.

Lembre-se, você não está em uma corrida!

Hoje não é seu dia? Repense se precisa mesmo dirigir!



Pedestres tem sempre preferência.

Choveu? Triplique a atenção!

Acomode-se corretamente ao dirigir.



Saia do Whatsapp e dirija!



Mantenha suas manutenções em dia!

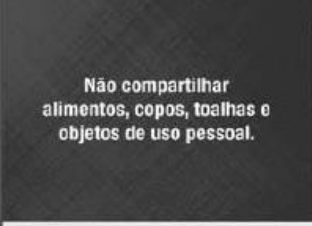
SAIBA COMO SE PREVENIR DA INFLUENZA A (H1N1)

A **Influenza A (H1N1)** é uma doença respiratória aguda e a transmissão ocorre de pessoa a pessoa, principalmente por meio de tosse, espirro ou contato com secreções respiratórias de pessoas infectadas.

Saiba como se prevenir da gripe adotando medidas simples:



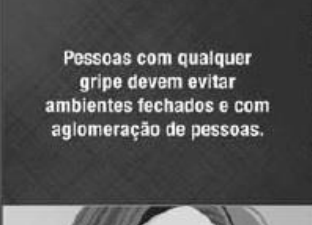
Lavar as mãos frequentemente com água e sabão, especialmente depois de tossir ou espirrar.



Não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal.



Não usar medicamentos sem orientação médica. A automedicação pode ser prejudicial à saúde.

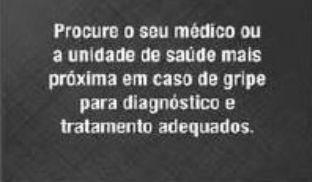


Pessoas com qualquer gripe devem evitar ambientes fechados e com aglomeração de pessoas.



Ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com um lenço, preferencialmente, descartável.

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE



Procure o seu médico ou a unidade de saúde mais próxima em caso de gripe para diagnóstico e tratamento adequados.

ATENÇÃO

Se você estiver com febre acima de 38°C, tosse e apresentar dificuldade respiratória, procure seu médico ou a unidade de saúde mais próxima.

Fonte: Ministério da Saúde

GUIA INDISPENSÁVEL PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

As matérias devem ser digitadas em papel branco tipo A4, com cabeçalho contendo timbre.

O TÍTULO deve estar em letras MAIÚSCULAS, em fonte ARIAL NARROW, TAMANHO 8,5, cor PRETO, NEGRITO e estilo NORMAL.

A fonte do texto deve ser ARIAL NARROW, TAMANHO 8,5, cor PRETA e estilo NORMAL.

O recuo da primeira linha do parágrafo deve ser de 1,5 cm e entrelinhas Simples,

É importante, também, que o texto esteja SEM RASURAS e SEM ERROS ORTOGRÁFICOS.

A assinatura do responsável pela matéria NÃO DEVE SOBREPOR O TEXTO em hipótese alguma.

INFORMAÇÕES PARA ENVIO DE ARQUIVOS
É necessário que as matérias sejam enviadas para publicação da seguinte forma: matéria original impressa ou por via eletrônica, assinada, revisada e com arquivo.

CONFIRMAÇÃO

Enviar documento para o e-mail dolm@cmm.am.gov.br, em versão texto.

Após o envio confirmar o recebimento no telefone/ramal 3303-2731

As matérias devem ser enviadas/entregues até as 14h no Protocolo do Diário Oficial de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

MESA DIRETORA

DAVID VALENTE REIS – AVANTE
Presidente
JANDER DE MELO LOBATO – PSD
1º Vice-Presidente
ROBSON DA SILVA TEIXEIRA – MDB
2º Vice-Presidente
MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS – AVANTE
3º Vice-Presidente
SAMUEL DA COSTA MONTEIRO – PSD
Secretário Geral
EVERTON ASSIS DOS SANTOS – UNIÃO
1º Secretário
ALDENOR ERNESTO DE LIMA FILHO – UNIÃO
2º Secretário
MARIA JACQUELINE COELHO PINHEIRO – UNIÃO
3º Secretário
GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO – AVANTE
Corregedor
ROSIVALDO OLIVEIRA CORDOVIL – PSDB
Ouvidor

VEREADORES

ALEXANDRE DA SILVA SALAZAR – PL
ALLAN CAMPELO DA SILVA – PODE
CARLOS ALBERTO BRITO D'ÁVILA – AVANTE
DANIEL AMARAL DE VASCONCELOS – REPUBLICANOS
DIEGO ROBERTO AFONSO – UNIÃO
DIONE CARVALHO DOS SANTOS – AGIR
EDUARDO ASSUNÇÃO ALFAIA – AVANTE
ELAN MARTINS DE ALENCAR – AVANTE
EURICO DE ÂNGELO TAVARES – PSD
FRANCISCO CARPEGIANE VERAS DE ANDRADE – PL
IVO SANTOS DA SILVA NETO – DEMOCRATA
JAILDO DE OLIVEIRA SILVA – PV
JOÃO KENNEDY DE LIMA MARQUES – MDB
JOÃO PAULO MELO DA FONSECA – AGIR
JOELSON SALES SILVA – AVANTE
JOSÉ RICARDO WENDLING – PT
LUÍS AUGUSTO MITOSO JÚNIOR – MDB
MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORREA – PSB
MARCO ANTÔNIO ANDRADE CASTILHOS FILHO – UNIÃO
PAULO TYRONE PERASA DE SOUZA JUNIOR – DEMOCRATA
RAIFF MATOS SILVA VASCONCELOS – PL
ROBERTO SABINO RODRIGUES – REPUBLICANOS
RODINEI MOURA RAMOS – AVANTE
RODRIGO DE SÁ BARBOSA – PP
RODRIGO GUEDES OLIVEIRA DE ARAUJO – REPUBLICANOS
ROSINALDO FERREIRA DA SILVA – AGIR
SIMON DE SOUZA GUIMARÃES BESSA – UNIÃO
SERGIO DENILSON DE SOUZA CRUZ – PRD
THAYSA LIPPY DE SOUZA FLORENCIO – UNIÃO
UBIRAJARA ROSSES DO NASCIMENTO JÚNIOR – PL
YOMARA JESUÍNA LINS RODRIGUES – PODE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

EXPEDIENTE
ELANE DE SOUZA ALVES
Diretora geral

EVANDRO WANDERLEY
Gerente do Departamento de Diário Oficial

CRIADO MEDIANTE LEI Nº 342 DE
13/05/2013 DE AUTORIA DA MESA
DIRETORA DA CMM
APROVADO PELA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 -
São Raimundo, CEP - 69027-020
Telefone (92) 3303-2731
e-mail: dolm@cmm.am.gov.br